

LENDO E REFLETINDO*

LGBT+ E SEGREGAÇÃO: ROMPENDO O SILÊNCIO EM BUSCA DE UM LUGAR**

Diversidade Cristã Brasília

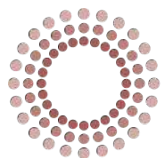
Pxhere. CC0 Public Domain: <https://pxhere.com/fi/photo/892289>Ana, 28 anos, lésbica.¹

“Quando eu era criança, perguntava ao meu pai: O que você faria se tivesse um filho homossexual? Ele dizia: ‘Falaria para sua mãe, toma aí seu filho.’

No ensino médio, as pessoas comentavam que tinham nojo de mim. Espalharam que eu era lésbica e começaram a fazer piadas. Onde eu passava, cochichavam e apontavam. Me colocaram o estigma da pervertida. A ponto de as meninas, e alguns homens, não quererem se sentar ao meu lado. Me olhavam com reprovação e desprezo. Até uma lésbica reproduzia isso. Ela fazia questão de dizer, quando me via passar, que eu era lésbica, metida... Nunca entendi porque me achava metida, eu mal falava! Um dia, na aula de DST, o professor mostrou umas imagens de vagina com gonorreia e alguém da turma falou: ‘A lésbica da sala deve estar gostando de ver.’ Era uma exclusão social. Muitas vezes as pessoas percebiam que eu não estava bem e diziam: ‘A lésbica

* - A série Lendo e Refletindo é uma iniciativa do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA), que busca socializar, através de sucintos textos, reflexões pertinentes às diferentes práticas e/ ou pensamentos ligados ao conceito de justiça socioambiental, economia solidária, educação popular, diálogo Inter religioso, educação para as relações étnico raciais, povos tradicionais, trabalho em rede, cenários políticos e administrativos nacionais, entre outros. A submissão de textos é aberta a quem interessar e não apresenta estrutura prévia obrigatória, estando ao livre estilo do autor. Se você tem interesse em enviar-nos um texto, ficaremos muito agradecidos: olmacomunica@jesuitasbrasil.org.br / Para ler os textos já disponibilizados acesse: <http://olma.org.br/serie-lendo-e-refletindo/> **As imagens e destaques no texto foram incluídos pela diagramação do OLMA.**

¹ - TODOS OS DEPOIMENTOS USADOS AQUI SÃO DE MEMBROS DA DIVERSIDADE CRISTÃ DE BRASÍLIA E/OU DO PRISMA DA FÉ, AMBOS, GRUPOS CRISTÃOS DE ACOLHIDA AOS LGBT+. OS NOMES SÃO FICTÍCIOS.



não está bem.'. Mas, para eles, eu não era nada. Inclusive, às vezes, eu chorava em público e mesmo os professores não ligavam. Não era invisibilidade, porque me viam. Era ser ignorável. A vida toda, senti que queria me aproximar dos outros, fazer parte daquele meio social, mas não conseguia me integrar, não sabia como. Tinha algo errado comigo, e isso me desesperava. Me achava uma pessoa ruim e queria muito ser boa, para gostarem de mim. Mas estar atraída por mulheres era natural para mim. Se isso era errado, não podia fazer nada para mudar. Então, que caísse logo um raio na minha cabeça e acabasse comigo. Eu pensava: 'Sou assim' e ficava pesquisando livros que falassem sobre isso. Tentava entender porque eu tinha vindo desse jeito. Qual era o sentido?

Eu saía do colégio e começava a pensar em me matar. Entrava no banheiro, deitava no chão e ficava chorando. Até de noite era esse pensamento na minha cabeça, e eu planejava como ia morrer. Então, me convencia de que a vida valia a pena e que, mesmo sendo ruim e toda errada, eu ainda poderia fazer alguma coisa boa na vida. No dia seguinte começava tudo de novo. Eu achava que devia ser perfeita para gostarem de mim e também queria ser útil. Se era tudo uma porcaria, que fosse, ao menos, uma porcaria útil."

INDÍCIOS DE SEGREGAÇÃO

A LGBTfobia é real e preocupante. O problema afetou e afeta a muitos. Durante a Segunda Guerra, 100 mil pessoas foram perseguidas por serem homossexuais. Entre 5 mil e 15 mil, mandadas aos campos de concentração e assinaladas por um triângulo rosa. Várias sofreram com experimentos que buscavam a "cura gay". Hoje, as práticas sexuais e afetivas de LGBTs ainda são crime em 71 países e, em 13, há previsão de pena de morte.

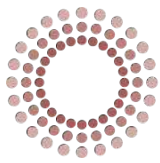
Como no Brasil não há contabilidade oficial sobre homicídios de LGBT+, a ONG Grupo Gay da Bahia procura mapear os dados no país.

Em 2017, ocorreu uma morte violenta a cada 19 horas.

Os números vêm aumentando desde 2000. A ONG afirma também que os grupos mais afetados são gays e transexuais, sugerindo maior oposição social à homossexualidade masculina e mais intransigência com a questão de gênero do que com a orientação sexual. Numa pesquisa recente (*Violência LGBT+ no período eleitoral e pós-eleitoral*) conduzida pela organização de mídia Gênero e Números e financiada pela Fundação Ford, 51% dos entrevistados disseram ter sofrido algum tipo de agressão motivada por sua orientação sexual ou identidade de gênero, entre as eleições do ano passado e março deste ano. Dessas vítimas, 13% sofreram violência física e 94%, verbal, como ameaças e humilhações. Do total de agressões verbais, 38,5% ocorreram no ambiente familiar.

Também falta, no Brasil, um estudo amplo sobre sexualidade e suicídio. Portanto, o Grupo Gay da Bahia começou, em 2016, a recolher dados em páginas de obituários que relatam perfis das vítimas nas redes sociais. Há pouca informação, logo, o problema é subnotificado. Mesmo assim, a ONG registrou 26 casos de suicídio em 2016 e 100 em 2018. Como quem morre e sofre é pouco visível, a culpa da sociedade fica amenizada. De fato, existe aqui uma dupla invisibilidade: a da realidade do suicídio e a da comunidade LGBT+.

Onde encontramos dados comparando os problemas de saúde mental na população LGBT+ com os de indivi-



Proyecto WikiDDHH LGBT+. Creative Commons Genérica de Atribución/Compartir-Igual 3.0
Link: https://es.m.wikipedia.org/wiki/Archivo:7_M_WikiDDHH_LGBT%2B_03.jpg

duos heterossexuais e cis², vemos as marcas dolorosas da LGBTfobia. Segundo a revista científica *Pediatrics*, o risco de suicídio em LGBTs é seis vezes maior. A situação é pior entre aqueles que vivem em contexto hostil à sua orientação sexual ou identidade de gênero. Desse modo, a pesquisa aponta para a relação entre os índices encontrados e a rejeição social. Outro estudo, realizado pela Universidade de Columbia com adolescentes, afirma que

jovens gays são cinco vezes mais propensos a tentar suicídio.

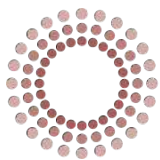
Ambientes mais abertos à homossexualidade apresentam um número 25% menor de casos. A relevância desses dados aumenta se consideramos que, segundo pesquisas anteriores, o suicídio é a terceira causa de morte entre pessoas de 15 a 24 anos nos Estados Unidos. De acordo com o psicólogo Mark L. Hatzenbuehler, responsável pelo estudo, a criação de escolas acolhedoras para homossexuais tende a levar à melhora na saúde mental de todos os jovens.

Pesquisa realizada por quatro universidades britânicas e publicada na revista *Archives of suicide research* verificou que 35% dos estudantes britânicos que se declaram gays, lésbicas ou bissexuais tentaram suicídio. Além disso, 65% praticaram automutilação. Entre heterossexuais, 14% tentaram se matar e 41% se automutilaram. A partir da análise dos dados, os resultados foram associados ao comprometimento da autoestima resultante da discriminação. A Universidade de Milão-Bicocca reuniu 35 estudos acadêmicos, com amostra de quase 2,5 milhões de adolescentes entre 12 e 20 anos, de 10 diferentes nacionalidades. A conclu-

são publicada no jornal *Jama Pediatrics* é que o suicídio representa a segunda causa de morte entre adolescentes em todo o mundo. Os transexuais têm um risco 5,77 vezes maior que os demais jovens; os bissexuais, um risco 4,87 vezes maior; e os homossexuais, 3,71 vezes maior. Os pesquisadores associam os dados a fatores como isolamento, exposição à violência e estigmatização, tanto autoinfligidos como infligidos por outros. Por fim, um estudo norte-americano centrado tanto em adolescentes gays e lésbicas que tiveram contato sexual com o sexo oposto quanto em quem se identifica como heterossexual, porém já se aproximou sexualmente de pessoas do mesmo sexo, mostra que a propensão ao comportamento suicida aumenta entre aqueles que são vítimas de bullying, foram forçados a fazer sexo ou esconder sua orientação sexual. Os resultados publicados no *American Journal of Preventive Medicine* indicam que jovens com orientação sexual discordante sofrem com conflitos por medo da rejeição da família e de amigos. Quase metade deles tem pensamentos ou comportamentos suicidas.

Apesar desse triste cenário, a batalha contra a discriminação conta com algumas vitórias. No Brasil, o movimento LGBT+ é recente, começou nos anos 70, mas só se fortaleceu na década de 80. Em 2004, nasceu, da união da sociedade civil organizada com o Governo Federal, o programa *Brasil sem homofobia*. Sob a responsabilidade do programa, em 2008, realizou-se a primeira Conferência Nacional LGBT no país, colocando em pauta os Direitos Humanos e a necessidade de políticas públicas para um efetivo combate à segregação. Nos últimos anos, a luta contra a LGBTfobia ganhou espaço midiático e social. Conquistamos o direito à adoção de crianças, graças a uma deci-

² - PESSOAS CIS SÃO AQUELAS QUE SE IDENTIFICAM COM SEU SEXO BIOLÓGICO, DIFERENTEMENTE DAS PESSOAS TRANS, CUJA IDENTIDADE DE GÊNERO NÃO COINCIDE COM O SEXO BIOLÓGICO.



são jurídica de 2010. Devido a um Decreto Presidencial de 2016, transexuais e travestis podem usar, oficialmente, seus nomes sociais. A união estável entre casais homossexuais foi aprovada no Supremo Tribunal Federal em 2017. A vitória mais recente foi a decisão do STF de igualar os crimes de racismo e homofobia. No âmbito internacional, desde 1990 a OMS deixou de classificar a homossexualidade como patologia. A transexualidade continua a ser uma enfermidade, registrada como Transtorno de Identidade de Gênero. Entretanto, saiu do rol das doenças mentais e passou a constar numa categoria específica, a de Transtornos Sexuais.

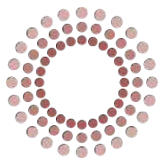
No âmbito do Direito Trabalhista, em 1958 o combate contra a discriminação das minorias já alcançava uma grande conquista. Observando dicotomias regionais, surgiu a necessidade de um acordo internacional para que diferentes países tivessem uma legislação comum para proteger indivíduos discriminados. Com isso, a Organização Mundial do Trabalho (OIT), braço da ONU, aprovou a Convenção nº 111 sobre discriminação em matéria de emprego e ocupação, que dois anos depois já vigorava nos mais de 150 países signatários. O Brasil a regulamentou pelo Decreto Legislativo n. 104, vigente desde 1966. A Convenção nº 111 versa sobre igualdade de oportunidades ou de tratamentos no trabalho, bem como acesso à formação profissional. Cada país signatário se comprometeu a fomentar ações para que a segregação fosse reduzida e até erradicada. Ficou estabelecido que os agentes políticos deveriam assegurar a aplicação da Convenção por meio de leis, de atividades para promover conscientização e do apoio a quem sofreu preconceito. Embora a Convenção não trate, preferencialmente, da homofobia, também seríamos beneficiado.

Os ganhos legais podem dar algum respaldo àqueles que vivem à margem, mas o status histórico-cultural acabou respingando no status legal. *Em Cidadania Sexual: Estratégia para ações inclusivas*, Adilson José Moreira cita, por exemplo, que as melhores oportunidades de emprego ainda ficam com os grupos majoritários. Muitas instituições perpetuam a opressão e geram desigualdades através de mecanismos excludentes. Assim, impede-se, inclusive, que as minorias tenham força política para transformar a situação. Apesar da Convenção nº 111 e do princípio constitucional da igualdade, não há equiparação salarial entre homossexuais e heterossexuais. A regulação social da sexualidade gera preconceitos como, também, no caso da não equiparação salarial entre homens e mulheres. A resistência à mudança é grande, pois, como ressalta Moreira,

a desconstrução de paradigmas culturais implica o questionamento da posição social dos grupos dominantes - um grande motivo para que defensores da política da "virtude moral" afirmem que a igualdade de direitos para minorias sexuais ameaça a sociedade.

Não é apenas no campo das leis trabalhistas que precisamos fortalecer diariamente cada direito conquistado. Apesar de a homossexualidade não ser mais considerada doença pela OMS, a Resolução do Conselho Federal de Psicologia que impede a "cura gay" enfrentou litígio judicial recente. As chamadas *Terapias de Reversão Sexual* visam à (re)orientação sexual do indivíduo. O que sabemos desses "tratamentos", geralmente realizados com o apoio de igrejas, é que não curam nada e ainda aumentam o risco de problemas como depressão, ansiedade e suicídio. A recente criminalização da homofobia pelo STF corre o risco de ter seus efeitos amenizados por uma nova lei apresentada no Congresso, sob pressão de grupos religiosos. Os discursos de ódio contra os LGBT+ ganharam nova força dentro e fora do espaço virtual desde a última eleição e nada nos leva a crer que o número de mortes produzidas pela segregação diminuirá.

Fica claro que estamos longe de sermos os privilegiados por uma suposta ideologia hegemônica de desconstrução da família tradicional. Não somos antagonistas da família tradicional e, obviamente, não somos privilegiados.



Por enquanto, a maioria dos crimes de LGBTfobia continua sem punição, muitos nem são registrados ou caem nas estatísticas gerais da violência. Lamentamos, pois há uma sólida relação entre crime e punição: “Se é normal que haja crime, é normal que sejam punidos. A penalidade e o crime são dois termos de um par inseparável. Qualquer afrouxamento anormal do sistema repressivo tem por efeito estimular a criminalidade e lhe conferir um grau de intensidade anormal” (Durkheim, 2000 p. 473).

A PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO



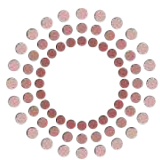
Pixabay. Livre. Link: <https://pixabay.com/pt/photos/homem-solitario-parque-noite-1394395/>

Pedro, 25 anos, gay.

“Meu pai sempre teve a ideia de que estava me criando como homem, segundo o modelo dele. Sempre fez questão de que eu seguisse seus passos. Desde os 4 anos, eu o acompanhava em viagens e era apresentado como ‘o filho homem’. Meu pai tentou me construir como igual a ele, sem melhorias. Ser homem era ser provedor, o macho que não participa de atividades domésticas, que domina a casa e é mulherengo. Nenhum constrangimento sobre infidelidade, muito pelo contrário. Toda mulher deve ser conquistada. Eu tinha desprezo pela forma como ele tratava as mulheres. Tinha uma repulsa total pela masculinidade que queria projetar em mim. Quando me entendi gay, senti muito medo por não corresponder a esse modelo e ao modelo social, apesar da repulsa.

Hoje sinto alívio de não seguir esse modelo, mas, na época, não. É o medo de todo LGBT: ser hostilizado, maltratado, relegado. Quando meu pai soube de mim, disse que me amava, mas depois perguntou se não tinha como eu mudar.

Liguei para ele este ano, para saber da vida. Ele estava no bar, bebendo. Perguntou se eu bebia e com quem voltava para casa. Respondi: ‘Com ninguém.’ Ele falou: ‘Sempre volto com mulher para casa. Sou o maior mulherengo da cidade.’ Eu disse: ‘Você percebe que está falando de trair minha mãe? Isso não é motivo para ter orgulho e sim para ter vergonha.’ Então, meu pai respondeu: ‘Você é a vergonha da minha vida!’ Senti raiva, revolta, indignação. Perguntei: ‘Por quê?’ Ele cochichou: ‘Veado!’ Disse bem baixinho. Minha indignação foi aumentando e pedi: ‘Fala mais alto.’ Aí ele falou bem alto: ‘Veado! Odeio veado!’ Eu disse: ‘Sou seu filho. Você falou que me ama e sou veado.



Então, você me ama ou me odeia?’ Primeiro, ele respondeu: ‘Te amo’. Repeti: ‘Mas eu sou veado.’ Eu o confrontei. Aí veio o: ‘Te odeio!’ Só falei: ‘Mas eu te amo.’ Depois, desliguei o telefone. Não entendo direito. Meu pai é contraditório. Um dia pede desculpa por dizer que me odeia, no outro fica falando de mulher comigo. Conta que votou para presidente pensando em mim, mas faz piada homofóbica na minha frente. Acho que ele vive uma contradição interna.”

O historiador William Naphy, em sua obra *Born to be gay: A history of homosexuality*, apresenta quatro discursos históricos que nos acompanham diariamente em pensamentos e posições. O primeiro se centra na ideia de **natureza humana** e trata de aspectos biológicos - como uma predisposição genética - que seriam o fator principal para definir a atração sexual. Isso não significa que o indivíduo vá atuar, forçosamente, movido por tais aspectos. O segundo discurso evidencia a **cultura**, considerando a educação determinante para que o sujeito seja ou não homossexual. O terceiro, o **essencialismo**, fala de identidades que sempre foram verdadeiras e inerentes aos indivíduos e/ou à condição humana. Por fim, o **construtivismo**, mais relevante em culturas orientais sem fortes conceitos religiosos sobre as atividades sexuais, sustenta que as categorias sexuais foram criadas pelas culturas como forma de classificar e diferenciar os indivíduos. Então, alguém seria homossexual quando assim nomeado. Ou seja, a homossexualidade seria criada pela sociedade ao classificar o comportamento, isolando e dando importância ao critério “gostar de pessoas do mesmo sexo”. Em outro contexto, a orientação sexual poderia ser apenas um detalhe da personalidade vista como um todo. A dicotomia dos dois primeiros discursos (natureza e cultura) coloca a questão, sobretudo, no campo do indivíduo e das suas experiências. Já o construtivismo situa o problema na construção social da sexualidade.

Sem pretender que algum desses discursos apresente, sozinho, uma explicação completa sobre a sexualidade humana, queremos dar ênfase à produção cultural de modelos e discriminações. Gilberto Freire, em *Casa Grande e Senzala*, indica

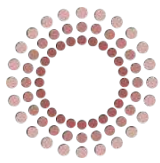
que diferentes papéis de gênero eram, comumente, bem aceitos nas aldeias indígenas brasileiras. O atual cenário de preconceito começou a se instalar com a chegada dos europeus e sua religião.

As minorias sexuais sofrem, primeiramente, o efeito do estigma religioso.

O discurso da Igreja clássica sustentou um único modelo de família e conduta sexual como legítimos - além de reforçar a ideia de um rígido binarismo de gênero. Tudo o que se afastava desse padrão foi condenado com um argumento tão impossível de refutar quanto de validar: a Vontade de Deus.

Até hoje, apesar do Estado laico, é o discurso religioso que apoia a homofobia dentro do nosso parlamento.

Um LGBT católico está excluído das vocações mais imediatas. Não pode formar uma família. Não pode pensar numa vida de casal. Não será bem recebido no Seminário. Recentemente, o Sínodo sobre os Jovens abriu uma janela ao incentivar a formação de grupos de acolhimento nas dioceses. Nesse sentido, o Diversidade Cristã de Brasília foi pioneiro na Capital Federal. Nascemos em 2013, com o apoio da Companhia de Jesus. Nossos integrantes são leigos, majoritariamente, católicos, tanto LGBT+ quanto simpatizantes. Nossa vocação é a defesa da pluralidade humana e da liberdade de pensamento, bem como a partilha de experiências e a ajuda e acolhida de quem nos procura - principalmente, de pessoas marginalizadas na Igreja e/ou em outros espaços sociais em função da sua orientação sexual ou identidade de gênero.



Rebeca, 20 anos, lésbica.

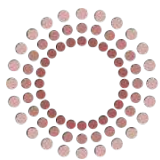
“Meus pais são pastores e sempre escutei que era errado ser lésbica, que era pecado, que era do diabo. Eu me reprimi. Aos 16 anos, me apaixonei por uma menina e fiquei desesperada, não sabia o que fazer. Eu neguei. Quando cansei de ficar fugindo, me achei. Planejava contar para meus pais, mas, antes, minha mãe mexeu nas minhas coisas e descobriu uma carta. Meu pai leu todos os versículos da Bíblia que falavam de prostituição. Ele fazia um parêntese e dizia: ‘Quanto mais o homossexualismo!’ Minha mãe falou que eu a traí, comparou com doença, se perguntou onde tinha errado, disse que eu iria para o inferno. Ela falou que iam se matar. Perguntei: ‘Você prefere a notícia Casal de pastores se suicida à notícia Filha de pastor é lésbica?’ Quando me mudei, minha mãe pediu para que eu tomasse cuidado para não envergonhá-los. É uma preocupação com a imagem! Com meus pais ainda falo, mas cortei os laços com o resto da família. Não vou nem no Natal. Já ouvi até: ‘Não quero que minha filha cresça com essas influências.’”



Marche des Fiertés Paris. CC0 1.0 Universal Public Domain Dedication
Link: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Marche_des_Fiertés_Paris_30_06_2018_01.jpg

Ao discurso religioso se somou o médico. Tudo diferente da relação heterossexual com fins reprodutivos foi qualificado como perversão, um desvio da norma natural. Dessa visão nasceram hostilidades e atitudes violentas da mesma dimensão daquelas despertadas pela regulação religiosa. O homossexualismo³ foi classificado como doença mental, dando início a uma série de abusos de instituições psiquiátricas, frequentemente usadas mais para ocultar vergonhas do que para propiciar o alívio de sofrimentos. Contrapondo-se a essas ideias, Freud sustentou que a sexualidade humana não tem um objeto pré-estabelecido, não é instintiva nem orientada para a reprodução. A natureza está perdida como modelo regulador de uma vida sexual enlaçada à cultura. A psicanálise supera hipocrisias para afirmar o óbvio: a sexualidade humana não encontra sua referência na reprodução e sim na busca pelo prazer. Essa meta não atende

³ - O SUFIXO “ISMO” ESTÁ RELACIONADO À PATOLOGIA. PORTANTO, A PALAVRA “HOMOSSEXUALISMO” FICOU ASSOCIADA AO PERÍODO NO QUAL A RELAÇÃO SEXUAL-AFETIVA ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO ERA CONSIDERADA ENFERMIDADE. HOJE, USAMOS O TERMO “HOMOSSEXUALIDADE” PARA ENFATIZAR QUE SE TRATA DE UM COMPORTAMENTO, NÃO DE UMA DOENÇA.



a um modelo universal, mas às particularidades de cada indivíduo. Além disso, o prazer atravessa todos os espaços de vida do sujeito. Diante desse polimorfismo, a sexualidade será desviante com relação a qualquer padrão pré-estabelecido. O desvio lhe é próprio, não uma enfermidade sofrida por certos grupos. Sendo o prazer o alvo sexual, o objeto desejado é tão indeterminado quanto as possibilidades de satisfação. Freud, inclusive, falou de uma bissexualidade primária, pois nada estaria previamente definido. Só a partir do lugar que o sujeito ocupará na sua realidade, certos objetos vão se tornar privilegiados e outros, excluídos. Sob essa perspectiva,

apenas a coerção social faz com que as perguntas sobre a origem da homossexualidade sejam mais pertinentes do que as sobre a origem da heterossexualidade.

Da mesma forma, para Freud, os papéis associados ao gênero são construídos por cada um de modo ímpar, de acordo com uma série complexa de identificações parcialmente conscientes. O debate iniciado pela psicanálise contribuiu para a mudança radical no discurso médico sobre a vida sexual.

Se existe a criação cultural de um modelo ideal de sexualidade, também existe a produção social da segregação.

As pessoas não nascem preconceituosas, há uma construção da LGBTfobia.

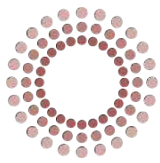
Ficamos presos num ciclo vicioso, pois cada geração é educada segundo os valores daquela que a precede e, assim, tanto a discriminação quanto antigos paradigmas são transmitidos. Entretanto, diante de um presente em constante transformação, o passado imutável não costuma ser uma resposta satisfatória, ou mesmo viável. Pensar no aprendizado do preconceito aumenta nossa preocupação com o atual projeto educacional do Brasil. Afinal, o Governo Federal defende uma escola que coíbe qualquer questionamento sobre temas como sexualidade ou gênero, oculta diversidades

e, o pior, silencia indivíduos. LGBTs ouvem, desde a infância, que há um padrão sexual único e correto. Sentimos que nos falta voz e lugar social. Por isso, sofremos com um constante medo da rejeição e com a permanente insegurança diante da aceitação do outro. Esse estado está diretamente associado aos suicídios em LGBTs, o que já justifica nossa apreensão.

Por que criar o preconceito? A explicação de Freud sobre o funcionamento dos grupos nos ajuda a entender. Segundo ele, um grupo consiste numa série de indivíduos que se identificam entre si por adquirirem um traço psíquico comum. Esse traço é a adesão a um mesmo modelo, então eleito como o ideal de todos. Assim, nascem dois tipos de vínculos sociais. O primeiro, vertical, é estabelecido com o modelo por meio da idealização. O segundo, horizontal, constitui o laço entre os integrantes do grupo através da identificação. Por exemplo, na Igreja os fiéis escolhem Cristo como ideal e se identificam entre si, tornam-se irmãos em Cristo – um só corpo do qual Deus é a cabeça. Na nossa cultura, a família tradicional e os papéis definidos no seu interior foram historicamente eleitos como um modelo nuclear para a construção do tecido social. O primeiro espaço no qual nos inserimos é a família, frequentemente apresentada como um padrão único que determina rigidamente o lugar de cada um de seus membros. Ao se perceber incapaz de aderir a esse molde, o LGBT+ vê seus laços tanto com um ideal culturalmente consagrado quanto com a parcela majoritária da sociedade afrouxados: não fazemos parte, estamos do lado de fora.

A violência de um grupo diante de quem não adere ao seu ideal é proporcional à força necessária para conservá-lo.

Por exemplo, Hobsbawm, quando trata da formação dos Estados nacionais, fala da potência agregadora do “inimigo comum”. Ele funciona como um antimodelo compartilhado que reforça padrões e vínculos. Todos se unem em defesa de sua bandeira. Quem não pertence ao grupo



Pxhere. CC0 Public DomainLink: <https://pxhere.com/pt/photo/661801>

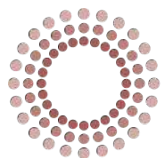
ameaça seu paradigma que poderia, assim, ser questionado, relativizado, superado. A sociedade luta pela manutenção do status quo, a maioria quer garantir seu lugar privilegiado. A família tradicional, e tudo que ela representa, precisa estar assegurada. Então, igrejas enfatizam a relação entre pecado e sexualidade; o governo transforma os estudos de gênero em ideologia proibida. Enquanto declara guerra às minorias, a maioria fortalece seus vínculos internos. Segundo Freud, quanto mais os sujeitos destinam sua agressividade para fora do grupo, menor será a chance de ela irromper no seu interior como força desagregadora. Um paradoxo: a segregação que visa a proteger e eternizar um padrão de família termina minando a estrutura dessas mesmas famílias. O aparecimento de um gay no seio de uma família homofóbica faz com que o preconceito se volte para dentro e destrua vínculos entre parentes.

Paulo, 18 anos, gay.

“Meus pais nunca foram homofóbicos. Sempre me deram abertura e me apoiaram. Eles, minha irmã e eu sempre tivemos um pilar familiar muito forte. Foi essencial para eu sair do armário e continuar feliz sendo quem sou. Durante um tempo, mantivemos minha orientação sexual entre nós. Sempre rolaram fofquinhas na família, mas só falei na última eleição. Disse: ‘Vocês apoiaram uma pessoa que quer me ver morto ou sumir comigo só porque sou gay!’ Aí surgiu a ‘palavra’ e eles souberam mesmo. Meus tios e tias se afastaram. Meus pais perceberam uns comentários idiotas. Por exemplo, um tio disse que meu pai nunca teve filho, mas duas filhas. Quando começaram essas ‘brincadeiras’, meu pai cortou o laço com a família dele. Depois começou a rolar alguma reaproximação, mas não com todos. Isso dividiu minha família.”

Comumente sofremos com a diluição de vínculos sociais e com a violência de heteronormativos e cisnormativos contra quem não adere ao seu modelo. Além disso, existe a vergonha. Para Freud, ela é um mecanismo psicossocial que aumenta a força dos imperativos culturais, impedindo a satisfação de determinados desejos. A data-símbolo do movimento LGBT+ não é o dia de nenhuma grande vitória, como a aprovação do voto feminino. Na nossa data, lembramos o momento em que alguns perceberam que podiam lutar contra a discriminação, ir às ruas e se mostrar.

A conquista celebrada no Dia do Orgulho Gay é a própria possibilidade de sentir orgulho.



Uma história muito comentada nas redes sociais permite avaliar até onde pode ir a questão. Em Janeiro, Yago “saiu do armário” e se assumiu para os pais, mórmons extremamente religiosos. Depois, postou no Facebook um texto, falando das hipocrisias morais da família e desabafando: “A vergonha da família sou eu, pelo simples fato de ser gay.” Dois meses mais tarde, o adolescente se suicidou. Segundo o site Mixturandoweb, a mãe declarou, por telefone, a um repórter: “Prefiro um filho morto a vivo e pecador, seria uma eterna vergonha”. Travamos uma batalha pessoal e política para “sair do armário”, para sermos viáveis, para não nos escondermos. É uma batalha para sentir orgulho, ao invés da vergonha por não

corresponder aos modelos sociais que regulam a sexualidade.

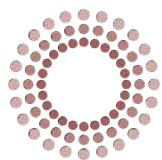
Ao falar sobre suicídio, Marx indica a necessidade de uma cura da sociedade, não do indivíduo. O autor propõe a mudança de modelos vigentes como modo de propiciar melhora nas relações sociais. Temos esperança de que uma transformação promova o respeito e a aceitação da diferença. Lutamos para construir um mundo fraterno, e não apenas para a nossa comunidade. Defender o direito à vida e à integridade de LGBTs é uma questão de civilidade, pois devemos defender todo direito humano fundamental. Qualquer exceção é inaceitável, por princípio.

A DOR DA SEGREGAÇÃO

Tiago, 20 anos, gay

“Eu assumi minha sexualidade para minha família aos 16 anos. Depois disso, sempre ouvi que tinha que criar minha independência, sair de casa. Saí quando fiz 19. Comecei a fazer bicos, arrumei emprego. Até que passei por dificuldades. Perdi o emprego e pararam os bicos que eu fazia. Fiquei uns dois meses sem ganhar dinheiro. Comecei a me desesperar, a não ver saída. Decidi pedir auxílio à minha família, apesar deles terem me dito para sair de casa e terem se afastado de mim. Falei com minha irmã mais velha, expliquei minha situação. Ela disse que não ajudaria, para eu pedir ajuda para os meus ‘amiguinhos’. Falou para não procurar mais a família. Se eu precisasse morar na rua, então, moraria. Acabei me desesperando mais ainda, por não ter nenhum auxílio de família. Eu acreditava que não era importante para ninguém. Ninguém se preocupava e não tinha saída. Foi quando tentei suicídio, cortei os pulsos. Um amigo me achou e fui parar no hospital. Assim que saí, conheci o Diversidade Cristã e o Prisma, e eles me ajudaram a pagar os alugueis atrasados e a conseguir um emprego. Isso me deu uma estabilizada na vida e consegui ir adiante. Não gosto de falar dessa história. Estou melhor.”





Ao reunir e examinar uma série de dados sobre suicídio no fim do século XIX, Émile Durkheim concluiu que

a morte autoinfligida não se relaciona apenas a problemas particulares, mas também a características sociais, às conexões entre indivíduo e sociedade.

Conforme verificou, as taxas de suicídio tendem a ser mais pronunciadas quando o nível de integração social em determinado grupo é particularmente baixo ou particularmente alto. Ou seja, a saúde mental depende do equilíbrio nas relações do sujeito com a sociedade. O importante é a qualidade e a intensidade dos vínculos que mantêm o indivíduo entrelaçado ao grupo. O autor menciona, em O Suicídio, três cenários propícios para o suicídio. Simplificando:

- **1) Suicídio egoísta.** Motivado pelo isolamento excessivo do indivíduo com relação à sociedade. Ocorre como efeito da falta de integração, pela carência de vínculos sólidos com o grupo. Em outras palavras, existem poucos laços sociais para impedir que o sujeito se mate.
- **2) Suicídio altruísta.** Caso oposto ao do suicídio egoísta, o indivíduo está demasiadamente ligado à sociedade e a seus padrões. Comum entre sujeitos oprimidos pelo controle social, os quais ou se sacrificam pelo grupo ou se vêm sem saída diante da falta de perspectivas individuais.
- **3) Suicídio anômico.** É efeito de um choque entre as normas sociais e os objetivos do indivíduo. O sujeito não se identifica com o modelo social e, portanto, não absorve os limites morais impostos pelo grupo. Seu desejo fica desregrado, tornando-se ilimitado e insaciável.

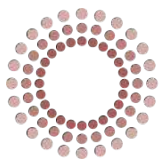
Num uso livre da teoria de Durkheim, diremos que, por não corresponder ao padrão cultural da

sexualidade, a comunidade LGBT+ está mais vulnerável às três situações de risco acima descritas. O bem-estar exige certa congruência entre as exigências do grupo, as expectativas pessoais e o meio para alcançá-las. Isso é difícil quando alguém se encontra diante de um modelo social ao qual não se adequa. Inclusive, podemos estabelecer uma correlação entre as condições propícias para o suicídio descritas pelo autor e três⁴ saídas para um LGBT+ diante da incapacidade de aderir ao ideal representado pelo casal heterossexual reprodutivo. Na **primeira**, a pessoa se mantém frustrada pela impossibilidade de reproduzir o modelo, isola-se, e decresce seu interesse na vida comunitária. Na **segunda**, ela continua tentando se inserir no retrato perfeito, sem jamais se sentir adequada, além de abrir mão de grande parte da sua satisfação. Na **terceira**, o indivíduo rompe com o protótipo, perdendo, simultaneamente, um referencial de conduta seguro e um forte elemento de manutenção dos vínculos sociais.

Falamos de suicídio por ser um caso-limite de padecimento psíquico e por seus altos índices entre LGBTs. Evidentemente, nem sempre o sofrimento leva a esse extremo. Encontramos na comunidade todos os graus de ansiedade, depressão e até uma minoria sem nenhuma doença psicológica. Associamos esse quadro à segregação produzida na sociedade. Precisamos olhar, agora, para uma das facetas mais duras da discriminação: aquilo que recebemos do outro se instala em nós mesmos.

Recentemente, Michael Hobbes publicou um longo artigo no Huffpost, *Epidemia de solidão gay*. O texto foi escrito a partir da análise dos problemas atuais de homens homossexuais nos Estados Unidos e nasceu de uma surpresa: a situação não melhorou nas últimas décadas tanto quanto seria esperado. Apesar da maior aceitação e dos direitos conquistados, os índices de depressão, solidão e abuso de substâncias entre gays não mudou com relação ao fim do século XX. Além das altas taxas de suicídio, gays são duas vezes mais propícios a episódios depressivos graves. Na Holanda, continuam três vezes mais suscetíveis a transtor-

4 - EXISTE AINDA UMA QUARTA POSSIBILIDADE, O RECALQUE GENERALIZADO DA VIDA SEXUAL. O SUJEITO, ENTÃO, DESVIARIA TODAS AS SUAS EXPECTATIVAS DE SATISFAÇÃO PARA ÁREAS NAS QUAIS NÃO HÁ CHOQUE DE IDEAIS. O CUSTO DESSA SAÍDA É ALTO E SUA VIABILIDADE NÃO DEPENDE DE UM SIMPLES ESFORÇO CONSCIENTE.



nos de humor e 10 vezes mais propensos a se autoutilizarem, ainda que o casamento homossexual seja legal desde 2001. Na Suécia, há união civil desde 2009; contudo, homens homossexuais se suicidam três vezes mais do que homens heterossexuais. Hobbes conclui que

carregamos o armário conosco ao longo da vida, e o preconceito internalizado também adocece.

Além do problema da discriminação, comum a todas as minorias, os LGBTs sofrem com a invisibilidade. Passamos longos períodos de conflito dentro do armário, isolados. Antes mesmo de sermos xingados, ajustamos o comportamento para não parecermos bichas, para nos ocultarmos. Antecipamos a discriminação automaticamente. Estar no armário não é racional. Sentimos preconceito até diante do espelho. O sujeito identificado com o agressor converte o discurso social num imperativo emitido por ele próprio, agora, destilando ódio sobre si mesmo. Quando a segregação está internalizada, não há como fugir dela nem da culpa, então, gerada. LGBTs se julgam com a mesma severidade com que receberam as exigências de corresponder ao modelo social. Depois que o armário está dentro, é difícil tirá-lo de lá. Portanto, qualquer debate sobre preconceito precisa incluir as escolas. É preciso falar e ser visto, para minimizar o trauma da exclusão. Ainda que sofra bullying, é essencial que a criança não se sinta tão culpada pela agressão.

Michael Hobbes conta que houve um aumento de 37% nos transtornos de humor, 42% no alcoolismo e 48% no transtorno de ansiedade generalizada entre gays norte americanos em 2004 e 2005. Nesse período, 14 estados aprovaram emendas constitucionais definindo o casamento como união de um homem e uma mulher. Entretanto, as leis eram simbólicas, os direitos legais não mudaram materialmente. O problema é que, assim, a maioria reafirmava para os homossexuais aquilo que eles já sentiam: vocês não são desejados. Foi uma campanha para fazer sofrer; funcionou. No Brasil, vivemos a um fenômeno similar durante a última eleição presidencial. O número de homicí-

dios e agressões contra os LGBT+ aumentava há anos. Entretanto, foi

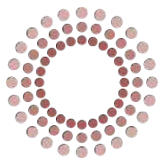
o anúncio da vitória de Bolsonaro que desencadeou um surto de depressão e ansiedade na comunidade.

O sofrimento foi produzido pela mensagem, anterior a qualquer medida objetiva.

Estava confirmada, de modo explícito, a não aceitação da sociedade, que veio fermentar algo mais insalubre, a falta de autoaceitação.

Outro efeito do armário interior pode ser observado no funcionamento dos grupos LGBT+. Eles, com frequência, reproduzem o padrão de discriminação, retraumatizando quem sai do armário em busca de interação social. A própria comunidade se torna fonte de estresse. Alvos de preconceito tendem a reproduzir preconceito, assim como os que sofreram abuso sexual na infância têm mais chances de abusar, e crianças espancadas, de se tornar adultos violentos. Vítimas, comumente, administram o sofrimento passando da posição passiva para a ativa. Além disso, a repetição é uma força a ser considerada nos fenômenos psíquicos. A identificação com o agressor, que encarna o modelo dominante, vem junto com a interiorização do preconceito. Dessa forma, por exemplo, gays e lésbicas segregam transexuais, assumindo o lugar do que é mais aceito no interior do grupo. A reedição da exclusão acerta quem já foi objeto dela a vida toda e procura a comunidade LGBT+ para se afastar de estigmas e encontrar iguais. É muito humano preferir ser o melhor a ser o igual. Principalmente quando, em geral, o indivíduo se sente o pior. Contudo, agindo desse modo, proliferamos o mal que nos atinge.

Nos últimos 10 anos, os espaços tradicionais para homossexuais começaram a desaparecer, substituídos por mídias sociais. Esse ambiente virtual realça as crenças negativas sobre nós mesmos. A maioria dos homens, por exemplo, busca parceiro alto, jovem, branco, musculoso e mascu-



lino. Assim, quase todos se sentem inadequados enquanto o modelo social dominante é reforçado. Quem não se enquadra termina sem respostas, aumentando a sensação de isolamento. Os aplicativos reafirmam a ideia de que LGBTs devem ser tudo o que a sociedade deseja e valoriza. Tentamos ser perfeitos e infalíveis para, assim, sustentar uma autoestima frágil. Portanto,

há necessidade de construir grupos LGBTs comprometidos com a qualidade das relações entre seus integrantes.

Caso contrário, correndo atrás de metas inatingíveis, no fim do caminho nos espera a confirmação do nosso fracasso social.

IGREJA E SEGREGAÇÃO

Maria, 31anos, lésbica

“Eu entrei num grupo de jovens da igreja convidada. Disseram que meu nome foi indicado por oração e discernimento. Fiquei muito feliz! Particpei por uns dois anos. Nesse grupo, estavam uma ex-namorada e minha namorada da época. Descobriram que eu namorava com A e, como souberam também da ex-namorada, surgiu a história de que éramos um trio. A história foi aumentando e nós procuramos os coordenadores. Conte: ‘Somos homossexuais. Namoro com A, e B é minha amiga.’ Primeiro, nos acolheram, mas pediram para conversarmos com o diretor espiritual. Esse padre nos proibiu de comungar. Depois, veio um discurso de que nós três não podíamos estar com as pessoas nos retiros. Passava o retiro inteiro na capela, sem contato com as pessoas. Minha namorada ficava na creche, cuidando dos filhos dos membros da equipe. Tínhamos que ficar escondidas. Eu não podia mais ser líder, nem tocar nas missas. Como a fofoca tomou dimensões muito grandes, decidimos assumir para o grupo inte-

ro. A equipe se dividiu. Uma parte nos acolheu, outra, não. No último retiro em que trabalhei, veio um bispo para Brasília e nos afastou do grupo. Nos quatro dias do retiro, ele ficou falando de pessoas que causam divisão, que isso era coisa do diabo – diabo é divisão. Durante o retiro, o Papa Bento XVI renunciou. O bispo disse: ‘As pessoas têm que reconhecer quando não fazem bem à Igreja e renunciar.’ No último dia, nos chamou e leu o Evangelho da ‘mulher adúltera’. Focou nas palavras ‘vai e não volte a pecar’. Falou que a Igreja era grande; que nós encontraríamos nosso lugar, mas não ali, pois estávamos dividindo o grupo. Disse que pessoas reclamaram ‘que faziam tudo para seguir os mandamentos, mas tinham que conviver conosco.’ Fiquei um ano me adaptando a tudo que eles falavam. Evitei sair, ir a boates... Não ia me adaptar mais. Nem esperei o final do retiro, quando anunciariam nossa saída. Não fiquei porque me sentiria mais humilhada. Não queria ouvir pessoas que me odiavam. Passei 2013 afastada da Igreja. Voltei em 2014, por causa do Diversidade. Tive vontade de conhecer.

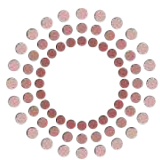


Foto que ilustra notícia “Ontem o Porto vestiu-se de todas as cores”. De: Pedro Ferreira. Link: <http://limpa-vias.blogspot.com/2008/07/ontem-o-porto-vestiu-se-de-todas-as.html>

Conhecemos a doutrina Católica e não acreditamos que ela seja imutável e rígida, caminha segundo a ação do Espírito Santo. A família tradicional representa um modelo válido, mas não único. Numa sociedade diversa, as formas de expressar amor ao outro e a Deus são plurais – a diferença é uma dádiva a ser celebrada. As relações humanas estão em constante movimento e sua transformação não ficou excluída da graça. Entretanto, sabemos que o Magistério da Igreja carrega 2 mil anos de tradição; mudanças têm seu tempo de maturação.

Este não é, contudo, um texto sobre doutrina. Falamos de ódio e de segregação. Os LGBTs não são uma ideia, nem uma questão de decisão moral. São parte da realidade humana e seria inconveniente usar idealizações para se sobrepor e ocultar a realidade. Até porque, tais idealizações não constituem fatos teológicos alheios à cultura; assim como Criador e criatura não são instâncias isoladas. Mutável ou imutável, o importante é que a Vontade de Deus é eterna e, portanto, incognoscível. Só temos acesso à parcela dEla revelada no tempo, ou seja, na dimensão humana. Fechar os olhos diante da realidade em nome de algo mais

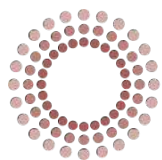
Na primeira missa, o Evangelho era a ‘mulher adúltera’ A homilia foi sobre ‘Quem somos para julgar os outros?’ Eu permaneci na Igreja e me sinto feliz. No entanto, minha saída do grupo afetou minha vida. Cresci participando da Igreja. Quando me vi longe, tudo me foi retirado de uma vez só. Nem tinha vontade de ir à missa. Naquele grupo todos diziam ‘Seja feliz, seja você.’ Eu me perguntava: ‘Quem é esse Deus?’ Ouvir ‘Deus te ama’, ‘Deus te perdoa’, às vezes me dá raiva, porque muitos dizem, mas não conseguem ser assim. O ano longe da Igreja foi de muita revolta e indignação. Até hoje há uma preocupação, pois não é em todo lugar que consigo ir à missa. Ficou mais difícil ouvir de alguém ‘Deus é amor’.”

sublime significa, somente, optar pela ilusão e fugir do mistério. A Perfeição nos toca por intermédio do imperfeito.

Ocultados sob o peso de modelos ideais, nós, LGBTs, estamos invisíveis e silenciosos para a maioria. Quando nos percebem,

ficamos comumente reduzidos à nossa sexualidade diferente ou supostamente pecaminosa e ameaçadora. Assim, tudo que serviria para nos aproximar, para construir vínculos, cai, relegado ao segundo plano.

Somos filhos e filhas, pais e mães, profissionais, cidadãos, cristãos e, antes de tudo, pessoas amadas por Deus. Quando lembramos o Evangelho, vemos em Cristo a vocação revolucionária para romper muros que separam, dividem, isolam e, por fim, nos afastam do amor ao próximo. A Igreja do amor, ao se calar diante do ódio, é infiel. A Igreja para todos os povos, ao excluir, é infiel. A Igreja fundada sob o perdão de Cristo crucificado, ao julgar mais do que acolher, é infiel. A Igreja do Deus feito homem exige compaixão.



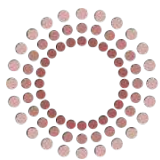
O princípio mais caro aos cristãos é o amor. A Igreja fala em seu nome, e, quando o levamos a sério, torna-se impossível não denunciar os discursos de ódio. Portanto, lamentamos a posição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil durante o recente julgamento no STF que igualou a homofobia ao crime de racismo. A CNBB lançou nota pública que, embora condene a discriminação, visa a garantir que medidas legais a favor das minorias sexuais não agridam a liberdade religiosa. Segundo o documento: *“A Igreja pede clareza nos processos em curso no Judiciário e Legislativo: a liberdade religiosa, que pressupõe o respeito aos códigos morais com raízes na fé, deve ser compatibilizada com as decisões judiciais relacionadas à criminalização da homofobia.”* A preocupação em garantir que instituições religiosas não possam ser processadas por homofobia implica, na prática, que a lei não as inclua. Funcionariam como espaços livres da regra vigente para o resto da sociedade. Assustados nos pensar que existam dificuldades para compatibilizar os códigos morais da Igreja com uma ação para criminalizar incitação à violência. Não conseguimos entender qual tipo de liberdade religiosa deveria ser salvaguardada de uma lei contra a segregação. O intuito do julgamento no STF era conter atos de ódio e preconceito, não condenar doutrinas.

A Nota da CNBB sobre o julgamento no STF a respeito da criminalização da homofobia despertou questões e inquietudes, ao deslocar o centro do debate. A ação para equiparar penalmente as LGBTfobias e racismo nunca teve como objetivo atacar a liberdade religiosa, garantida pela Constituição. No acórdão do relator Celso de Mello, fica claro que um discurso só se caracteriza como crime de LGBTfobia quando há incitação ao ódio, incentivo à violência e ao menosprezo.

A orientação dada aos fiéis a respeito do matrimônio e demais questões relacionadas à família, assim como a não aceitação do casamento religioso entre homossexuais, em si, não implica ódio. Contudo, uma coisa é a doutrina, outra são as formas escolhidas para apresentá-la. Creemos que a Igreja não pretenda se abster de regular possíveis efeitos de pregações mal orientadas. Afinal, nenhum princípio cristão pode resultar na exacerbação de discursos de ódio. (Convite ao diálogo e à reflexão diante da Nota da CNBB sobre o julgamento no STF a respeito da criminalização da homofobia. Carta enviada à CNBB pelo grupo Prisma da Fé)



A Igreja, tendo uma face humana, não está imune aos preconceitos do seu tempo e lugar. Todavia, ela não é, quando se trata de LGBTfobia, somente um agente secundário na produção de atos e palavras de discriminação. Nesse caso, **a Igreja tem protagonismo, pois do seu interior emana parte substancial do discurso de ódio que alimenta a violência da qual somos vítimas.** Na nossa cultura, a religião cristã - junto com a perspectiva médi-



ca - nos fez minoria. Ao apoiar sua narrativa na defesa de um modelo único de família, acabou alimentando a crença de que seríamos inimigos de Deus, de que Ele não nos ama nem merecemos misericórdia. Ouvimos a seguinte declaração de um jovem gay de 23 anos: “Diziam que Deus tinha feito Adão e Eva, o resto não era dEle. Não conseguia mais sair de casa. Tranquei curso, faculdade...

Tudo por medo de um Deus punitivo que não me aceitava. Não me sentia amado por Ele nem pelo grupo.”

Ao longo da história, a medicina se reposicionou a respeito da homossexualidade. A Igreja ainda não o fez de modo suficiente. A preocupação expressa na nota da CNBB evidenciou a urgência com a qual essa instituição precisa cobrar responsabilidades pela maneira como se transmite a doutrina e pelos seus efeitos.

*Enquanto não combater toda a violência e a discriminação geradas no seu seio, a Igreja também terá o sangue e o sofrimento da população LGBT+ nas mãos. Por isso, estranhamos quando a CNBB pareceu aderir à ideia de uma Igreja “fora ou acima da lei”, como se o templo fosse espaço livre para a proliferação dos discursos de ódio que justamente a criminalização da LGBTfobia pretende conter. **Ao se posicionar assim, a CNBB concorda em eximir da responsabilidade legal não apenas a Igreja Católica Romana, mas todas as instituições religiosas. Instituições sobre as quais não exerce ne-***

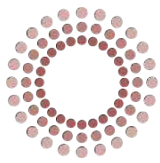
nhum poder para cobrar um exercício ético da liberdade religiosa. Na realidade, não há luta eficaz contra a LGBTfobia sem o comprometimento ativo da Igreja. (Idem)

Combater o ódio é combater todo ódio. Combater a segregação é combater toda segregação. Ao lutarmos contra a LGBTfobia, não estamos falando apenas de uma questão particular. Falamos de concepção de mundo, princípios, humanidade e de ser cristão. Afinal,

ser meio cristão significa, simplesmente, não ser cristão.

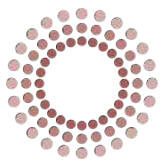
As diversas formas de preconceito e opressão se alimentam dos mesmos sentimentos agressivos e egoístas, do mesmo desejo de manutenção de privilégios à custa de outros, da mesma enfermidade social. Não existem as discriminações, mas a discriminação, no singular, independentemente de qual grupo vitimiza. Curar a sociedade implica recuperar para cada um o igual status de filho de Deus, reconstruir vínculos regidos pelo amor. Para isso serve a liberdade religiosa. A Igreja precisa garantir as condições para cumprir sua missão.

O Criador transborda de sua substância imutável, pois Ele se mostrou homem, viveu conosco e se declarou amor. Sendo amor, é também relação: quem ama, ama alguém. A semente da presença de Deus “em mim” só se realiza “entre nós”, no meu encontro misericordioso com o próximo. Por outro lado, em cada laço verdadeiro que a sociedade destrói, morre um pouco de Deus em nós. Acreditamos que a missão da Igreja está em multiplicar os vínculos fraternos, cuja diluição ameaça a saúde do tecido social. Cristo se sacrificou pelo mundo inteiro e se fez comunhão plena onde, antes, havia divisão. Ninguém deveria ser excluído do seu Corpo e relegado a uma posição de menor dignidade em seu Nome.



Referências bibliográficas

- DURKHEIM, Emile. O Suicídio. São Paulo, 2000
- FREUD, Sigmund. Tres Ensayos de Teoría Sexual. Obras Completas Vol. VII. Buenos Aires, Amorrortu, 1998
- Psicología de las Masas y Análise Del Yo. Obras Completas Vol. XVIII. Buenos Aires, Amorrortu, 1998
- FREIRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. São Paulo, Global, 2013
- HOBBSBAWN, Eric. Nações e Nacionalismo. São Paulo, Paz e Terra, 1991
- MARX, Karl. Sobre o suicídio. São Paulo. Boitempo, 2006.
- MOREIRA, José Moreira. Cidadania Sexual: Estratégia para ações inclusivas. Belo Horizonte. Arrares Editores, 2017.
- NAPHY, William. Born to be Gay: História da Homossexualidade. Lisboa/Portugal. Edições 70, 2004
- PEREIRA DA SILVA FILHO, Jurandir. O LGBT e a inserção no mercado de trabalho: Origem da proteção internacional e o desdobramento no ordenamento interno sob o viés discriminatório.



A série Lendo e Refletindo é uma iniciativa do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA), que busca socializar, através de sucintos textos, reflexões pertinentes às diferentes práticas e/ ou pensamentos ligados ao conceito de justiça socioambiental, economia solidária, educação popular, diálogo Inter religioso, educação para as relações étnico raciais, povos tradicionais, trabalho em rede, cenários políticos e administrativos nacionais, entre outros. A submissão de textos é aberta a quem interessar e não apresenta estrutura prévia obrigatória, estando ao livre estilo do autor. Se você tem interesse em enviar-nos um texto, ficaríamos muito agradecidos: olmacomunica@jesuitasbrasil.org.br

Para ler os textos já enviados acesse: <http://olma.org.br/serie-lendo-e-refletindo/>

RECEBA UM LIVRO EM CASA!

Com o objetivo de incentivar a leitura e discussão dos mais variados temas de interesse comum, o OLMA oferece junto com a “Série Lendo e Refletindo” um programa onde qualquer pessoa tem a possibilidade de escolher e receber um dos livros oferecidos, via correio, em todo território nacional, sem custos. **Veja como fazer:**



- Preencha o formulário do link abaixo respondendo: “Qual ou quais temas desta publicação mais chamaram a sua atenção? Por quê? Explique.” Esta é a publicação da oitava edição da **Série Lendo e Refletido: “LGBT+ E SEGREGAÇÃO: Rompendo o silêncio em busca de um lugar”**.
- Além disso informe seus dados e indique quais livros, entre os disponíveis, desejaria receber via correio, sem custos. Se durante o trimestre você for sortead@, ganha o livro de sua preferência na ordem que indicar, e o recebe em casa, junto com mais alguns brindes surpresa.

Abiblioteca como os livros para escolha está em contínua atualização. **Acesse a página da série, ou diretamente o formulário para conhecer todos os detalhes:** encurtador.com.br/gCMO7

Cada pessoa só poderá preencher um formulário por publicação do OLMA (conheça no formulário todas as publicações que fazem parte do programa neste trimestre e **aumente suas chances**).

Compartilhe esta idéia!